

Entre o partido e a academia: marxistas e questão racial no Brasil*

Theófilo Codeço Machado Rodrigues**

Resumo:

Este artigo tem o objetivo de demonstrar a riqueza da relação entre o marxismo e a questão racial no Brasil. Para tanto, examinaremos duas dimensões: (1) a forma como o Partido Comunista do Brasil e alguns de seus intelectuais, como Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr. e Clóvis Moura, lidaram com essa relação, e (2) a maneira como os pensadores marxistas brasileiros especialmente Luiz de Aguiar Costa Pinto, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Carlos Hasenbalg, incorporaram-na em suas produções acadêmicas. Mais do que aprofundar propriamente os conceitos formulados pelos autores, o presente artigo oferece ao leitor um pequeno mapa dos caminhos tortuosos da relação construída entre alguns intelectuais marxistas e a questão racial no Brasil.

Palavras-chave: Raça; marxismo; Partido Comunista; teoria social.

Between the Party and Academia: Marxists and the Racial Question in Brazil

Abstract:

The objective of this article is to demonstrate the richness of the relationship between Marxism and the racial question in Brazil. To accomplish this, we examine two dimensions: (1) the manner in which the Communist Party of Brazil and some of its intellectuals, such as Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr. and Clóvis Moura, dealt with this relationship, and (2) the manner in which Brazilian Marxist thinkers, especially Luiz de Aguiar Costa Pinto, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni and Carlos Hasenbalg, incorporated it in their academic production. Rather than exploring the concepts formulated by these authors, the article provides the reader with a small map of the twisting paths of the relationship constructed between some Marxist intellectuals and the racial question in Brazil.

Keywords: race; Marxism; Communist Party; social theory.

Os comunistas e a questão racial no Brasil

No Brasil, é inegável que o marxismo só pôde ser encontrado de forma mais sistematizada a partir da fundação do Partido Comunista em 1922, muito

* Versão modificada do artigo publicado como capítulo de livro em Ascenso e Castro (2014).

** Doutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), RJ-Brasil. End. eletrônico: theomachado@gmail.com

embora saibamos da existência de certa recepção das obras de Karl Marx por aqui desde o fim do século anterior.¹

Ao longo de sua história, de forma não necessariamente linear, o PCB conseguiu construir uma trajetória de incorporação das questões raciais à luta de classes em desenvolvimento no país. Mas tal construção não foi imediata, nem tão ligeira quanto uma intuição anacrônica possa nos indicar.

Um dos primeiros vereadores do Partido Comunista e o seu primeiro candidato à presidência da República (1930) foi o operário negro Minervino de Oliveira. O primeiro negro “retinto” a ser eleito deputado federal foi o operário comunista Claudino Silva, que participou do processo constituinte de 1946. Coube também a um deputado comunista, Jorge Amado, apresentar a emenda constitucional que garantiu a ampla liberdade religiosa no país, permitindo que os cultos afro-brasileiros pudessem sair da ilegalidade. Por fim, foi de outro deputado comunista, Haroldo Lima, a proposta de colocar o 20 de novembro no calendário oficial da República, como dia nacional da consciência negra. (Buonicore, 2009)

Contudo, não é fácil encontrar uma relação direta entre os comunistas e a questão racial nos períodos imediatamente posteriores à fundação do Partido Comunista, em 1922. Dois exemplos: Octávio Brandão e Astrojildo Pereira. O primeiro foi o responsável pela publicação da primeira obra de viés marxista produzida no âmbito do PCB: *Agrarismo e industrialismo*, de 1926. Embora o objetivo fosse trazer à luz uma interpretação marxista-leninista da sociedade brasileira, a leitura do texto não nos permite identificar conexão alguma entre a assimetria social no país e a questão racial. O mesmo pode ser dito de Astrojildo Pereira, que no ensaio produzido em 1929, *Sociologia ou apologética*, critica veementemente o livro *Populações meridionais do Brasil*, escrito por Oliveira Vianna em 1918, um texto claramente racista. Entretanto, a crítica feita por Astrojildo passa mais pelo autoritarismo e pelo caráter de classe da obra de Vianna do que pela questão racial propriamente dita.

Como nos mostra Buonicore (2009), “somente num Manifesto do PCB, publicado às vésperas da Revolução de 1930, encontramos uma pequena referência aos trabalhadores negros”, ou seja, oito anos após a fundação do partido. Mesmo assim, apenas como uma palavra de ordem. A partir de então, as menções aos negros passaram a ser mais frequentes nos documentos e nas resoluções partidárias, ainda que partindo de análises desprovidas de qualquer tipo de formulação mais consistente. Neste momento inicial da formulação do pensamento marxista na esfera do partido, é necessário destacar o livro *A caminho da revolução*,

¹ Sobre a recepção do marxismo no Brasil, consultar Moraes Filho (2007).

publicado pelo pernambucano Leôncio Basbaum em 1934 sob o pseudônimo de Augusto Machado. À época o autor estava afastado do partido por conta das posições obreiristas que influenciavam o PCB, tendo-se reconciliado somente alguns anos depois. Seu mérito está em perceber a importância da questão racial no Brasil para além da clássica luta de classes.

A originalidade da obra está na sua maneira de desmascarar o racismo existente no país, incomum naquela época, mesmo entre as correntes de esquerda. Ele, de maneira pioneira e contra a opinião da maioria dos comunistas brasileiros, descobriu que o racismo não poderia ser extinto “com um decreto nem mesmo que este seja do governo Soviético do Brasil”. (Buonicore, 2009)

Com Nelson Werneck Sodré a questão racial passa a ser tratada de forma mais direta no interior do partido. O autor recupera o combate travado por Astrojildo Pereira contra Oliveira Vianna, criticando em especial o racismo explícito do ensaísta fluminense (Sodré, 1984). Trata-se de uma fase em que intelectuais ligados ao partido já incorporam de forma mais aprofundada a questão racial em seus estudos.

Nelson Werneck Sodré escreveu muitos livros que o colocam dentre os grandes pensadores do Brasil, mas é com *A ideologia do colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro*, publicado no ano de 1961, que o autor nos oferece sua principal contribuição para a questão racial no país. Neste livro, Sodré enfrenta aquilo que chama de “ideias de manutenção do colonialismo no Brasil”, manifestas em cinco autores: Azeredo Coutinho, José de Alencar, Silvio Romero, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna. Cada um dos cinco capítulos do livro é dedicado a um destes autores. Ainda que pudéssemos nos deter sobre o debate que Sodré trava com cada um deles, tornaremos nossa lupa analítica na direção apenas de Oliveira Vianna. Por duas razões: em primeiro lugar, é com Oliveira Vianna que nosso autor combate de forma mais direta o que denomina de “racismo colonialista”; em segundo, é preciso ressaltar o fato de que os outros quatro pensadores possuíam ideias condizentes com suas épocas, o mesmo não podendo ser dito, de acordo com Sodré, de Vianna. Nas palavras de nosso autor, “para com Oliveira Vianna, entretanto, não é preciso tolerância alguma – o seu tempo lhe permitia situar e compreender melhor os problemas –, ele realizou uma opção deliberada” (Sodré, 1984).

O capítulo intitulado “Oliveira Vianna: o racismo colonialista” é um texto de combate. Ao longo de suas 75 páginas, o capítulo esmiúça e critica firmemente cada afirmação do jurista fluminense. Segundo Sodré, o trabalho de Vianna é repleto de afirmações racistas que já não poderiam encontrar seu lugar na década de 60. Aqui reside sua principal preocupação: não aceitar que *Populações Meridionais* fosse mantida na galeria das grandes obras da sociologia brasileira. Todo o

método e toda a forma de produção de conhecimento de Vianna são postos em jogo, como a sua antropologia, sua sociologia, seu método historiográfico e até mesmo suas noções de geografia: “Oliveira Vianna não tinha o menor senso de ciência histórica”, “autor da obra mais virulentamente racista que já se escreveu aqui”, “um dos forjadores do regime ditatorial”, “sua informação geográfica foi sempre imprecisa, vaga, quando não falsa”, são apenas alguns exemplos da forma como o historiador marxista tratou o ensaísta do início do século.

A partir de tais críticas, Sodré pretendia chegar à essência do racismo colonialista. Assim, um dos principais objetivos do seu texto era demonstrar o conteúdo de classe expresso por Vianna. Em suas palavras,

Sua obra foi sempre, em todos os seus livros, em todos os seus volumes, mas particularmente nos primeiros, não o resultado de uma pesquisa científica, não o resultado de um método, como cuidava o autor, na sua imodéstia, mas a mais tranquila, a mais irrefreável, a mais desmedida apologética de uma classe... (Sodré, 1984)

A leitura feita por Oliveira Vianna era constrangedora demais para um intelectual que pretendia construir uma nova sociedade, ainda mais se levarmos em consideração que Vianna foi um dos “intelectuais orgânicos” do regime pós-30. A forma como diferenciava os “arianos” da classe dominante daqueles que são os dominados – os negros – é apontada constantemente no texto de Sodré.

[...] Oliveira Vianna não usa qualquer disfarce: o que é branco, o que é “ariano”, é nobre, fidalgo, excelente, e tudo isso porque se trata, no fundo, da classe dominante, aquela que detém a propriedade e exerce o poder. [...] Quando negros, índios, mamelucos, cafusos desmandam-se sexualmente, isso é corrupção: quando se desmandam os “arianos”, isso passa a ser padreação... O branco proprietário tem direito a tudo [...]. (Sodré, 1984)

Werneck Sodré não foi o único. Também no interior do Partido Comunista, o paulista Caio Prado Jr foi fundamental para a abordagem do tema. Embora oriundo do bacharelado em direito, Caio Prado (1907-1990) foi um dos maiores formuladores da historiografia brasileira. Contemporâneo de Nelson Werneck Sodré, Caio Prado filiou-se ao Partido Comunista do Brasil em 1931. Sua aproximação com o marxismo gerou uma enorme reviravolta na produção historiográfica brasileira a partir de suas várias obras, especialmente com *A formação do Brasil contemporâneo* (1942).

A inovação teórica proposta por Caio Prado está em seu marxismo não dogmático como forma de compreensão da formação do Brasil a partir das estruturas econômicas e sociais desde a época da Colônia. Tal análise empreendida leva em consideração profundamente a organização social dos escravos e a

questão racial no período. Um dos pontos tocados pelo autor acerca do processo de abolição da escravidão no país diz respeito à lentidão da conquista. De acordo com seu livro *História econômica do Brasil*, “os escravos, apesar de sua massa que representa cerca de um terço da população total, não terão neste processo, ao contrário do ocorrido em situações semelhantes noutras colônias americanas, como por exemplo em São Domingos (Haiti), um papel ativo e de vanguarda (Prado Jr, 1976: 142). O que não quer dizer que o autor não reconheça o papel das revoltas dos negros no período. Não apenas reconhece como se apresenta como defensor desse grupo social.

Caio Prado Junior insere-se, justamente, no grupo destes intelectuais que, durante a era Vargas, preocuparam-se em defender os “grupos marginalizados” e identificados com as raças até então tratadas como inferiores e incapazes de garantir o progresso da civilização brasileira. O autor de *Formação do Brasil contemporâneo* não só militou junto a esses grupos, como também abriu-lhes o espaço que lhes cabia na história do Brasil. Tanto é que, nesta sua obra, Caio Prado Junior dedica um capítulo especial à temática da raça, retomando-a nos itens “Organização social”, e “Vida social e política” (Carneiro, 1989).

No entanto, apesar de ser reconhecido estudioso dos escravos no Brasil e defensor de suas causas, alguns críticos tentam se aproveitar de uma linguagem imprecisa do autor para apontar um suposto racismo em sua concepção. Se lembrarmos que seus textos começaram a ser escritos a partir da década de 30, poderemos compreender um pouco dos “deslizes” de sua linguagem. Talvez o melhor seja seguir com Maria Luiza Tucci Carneiro quando afirma que “o importante é ressaltarmos que esse historiador marcou um momento de transição do pensamento ideológico brasileiro diante da questão racial; e que denunciou o preconceito de cor imposto pelos senhores brancos aos índios negros e mulatos” (Carneiro, 1989).

Na geração comunista seguinte, destacou-se a contribuição de Clóvis Moura para esse tema. Moura parece ter sido um dos mais interessantes marxistas que trataram da questão racial no Brasil, em especial por sua trajetória intelectual ter passado ao largo da academia, enquanto, por outro lado, ele seja uma reconhecida referência para os movimentos sociais. O autor, que nasceu no Piauí em 1925, iniciou a sua militância no PCB em 1942 e participou, em 1962, da reorganização do partido sob a legenda PCdoB. O primeiro trabalho do autor, intitulado *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*, escrito em 1952, só foi publicado em 1959 e não foi reconhecido pela intelectualidade oficial do partido. Aliás, característica importante de Moura foi o seu marxismo independente. Afinal de contas, seu trabalho não estava comprometido com a esquemática oficial proveniente de Moscou.

Logo, nosso autor explica a realidade social brasileira a partir de bases materiais e de relações de classe, bem aos modos marxianos, mas deixando bem claro que apenas utiliza o marxismo como ferramenta para pensar o Brasil, e não o seu contrário, o de encaixar o país num modelo engessado de marxismo. (Mesquita, 2003)

Em *Rebeliões da senzala*, teve a preocupação de demonstrar como se deu a luta de classes no período da escravidão no Brasil. As lutas dos escravos nunca teriam tido a marca da docilidade, como nos atesta Moura em seu clássico.

Daí a importância da aceção de Clóvis Moura, pioneira em ressaltar a história e a contribuição dos negros à nação brasileira de uma forma revisionista da sua ação como ator social ativo, elencando suas revoltas e participações em inúmeros levantes. A maior força dos seus estudos está em identificar a grande atuação do negro, esboçando resoluções, mas, detidamente se atém a sublinhar o papel do negro como ator social no processo de transformação da sociedade escravista, bem como na capitalista. (Mesquita, 2003)

Não é por outro motivo que se tornou o grande intelectual dos movimentos sociais no país. O último trabalho de Moura foi o seu *Dicionário da escravidão negra no Brasil*, publicado em 2004 após sua morte. Longe da academia, passou grande parte de sua vida palestrando, orientando e formulando as ações do movimento negro no país. Seu nome pode facilmente ser encontrado ainda hoje em resoluções e documentos desses movimentos.

O marxismo e a questão racial na Academia

No âmbito acadêmico a pesquisa acerca da questão racial sob a luz do marxismo foi mais profícua. Destacamos nesta seção alguns dos principais autores dessa corrente, como Costa Pinto, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Carlos Hasenbalg.

Nascido em 1920, o baiano Luiz de Aguiar Costa Pinto é da mesma geração de autores consagrados na literatura racial, como Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos, com a diferença de ser, dentre os três, aquele cujo trabalho foi mais claramente influenciado pela tradição marxista. Costa Pinto foi para o Rio de Janeiro no fim da década de 30, onde deu início à sua formação acadêmica, tendo se formado na antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Após este período, Costa Pinto foi convidado para participar do projeto UNESCO.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) patrocinou, no início da década de 50, uma série de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil. Além de Costa Pinto, participaram do projeto Flo-

restan Fernandes, Roger Bastide, Oracy Nogueira, Thales de Azevedo, Charles Wagley, René Ribeiro, Marvin Harris e outros².

Costa Pinto foi o responsável pela aplicação, no Rio de Janeiro, das pesquisas sobre o tema da questão racial. Seus estudos foram publicados, no ano de 1953, em *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*. O autor faz leitura classista sobre o negro. Para Costa Pinto, o negro precisaria identificar sua situação de classe, seu pertencimento ao proletariado para, a partir daí, efetivar sua ação política. Como nos mostra Chor Maio (1997b), “o negro proletarizado, assumindo aos poucos a consciência do seu lugar na história, seria um ator fundamental no processo de mudança social, de caráter universal”. Ou, em outras palavras,

Costa Pinto entende que a tomada de consciência de classe da “massa negra”, como força inserida no proletariado, a partir da continuação da modernização capitalista, levaria ou a um agravamento não da questão étnica, mas da luta de classes sem solução de imediato e assumindo possivelmente uma feição étnica, ou à superação do próprio capitalismo, que cancelaria de vez as bases de sustentação das desigualdades sociais e, por conseguinte, a discriminação racial no país. (Maio, 1997b)

Foi neste mesmo momento que surgiu Florestan Fernandes. Nascido em São Paulo em 1920, o autor pode ser considerado sem muitas dificuldades um dos grandes pais da sociologia científica brasileira. Tendo entrado no curso de ciências sociais da USP em 1941, onde defendeu a tese de doutoramento *A função social da guerra na sociedade tupinambá* (1952), dez anos mais tarde. Desde o seu curso de graduação, Florestan havia iniciado seu contato com o sociólogo francês Roger Bastide, professor da cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo³. A aproximação intelectual entre mestre e aluno estimulou de vez o encontro de Florestan com a questão racial no Brasil. Assim como Costa Pinto, Florestan e Bastide também fizeram parte do projeto UNESCO.

Merecem destaque, no estreitamento da colaboração entre Roger Bastide e Florestan Fernandes, as pesquisas sobre as relações raciais no Brasil. Desde os anos 40, Bastide já vinha estudando o negro e as suas manifestações religiosas e artísticas. Em 1950, a Unesco solicitou a Bastide uma ampla pesquisa sobre a situação do negro em São Paulo. Florestan foi convidado por Bastide a se

² Sobre o projeto UNESCO, ver Maio (1997a).

³ A Cadeira I de Sociologia da USP possui história: antes de Roger Bastide, havia sido ocupada por Claude Lévi-Strauss (Braga, 2000).

incorporar no projeto, o que levou a uma mudança na orientação intelectual do sociólogo paulista. (Braga, 2000)

Fruto da pesquisa, surgiu *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo: ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo* (1955), obra publicada pelos dois autores. Quase dez anos mais tarde, Florestan retomaria em 1964 o tema, com aquela que viria a ser sua maior obra sobre a questão racial no Brasil: *A integração do negro na sociedade de classes*. O livro foi escrito originalmente como uma prova para o concurso de professor titular da cadeira de Sociologia I da USP, ou seja, para substituir seu antigo professor Roger Bastide que havia retornado para a França.

O livro possui dois objetivos de destaque: primeiro, demonstrar como o preconceito racial seria um resquício da escravidão, que somente o desenvolvimento do capitalismo ou, em suas palavras, da “ordem social competitiva”, poderia superar; segundo, evidenciar como a tese da “democracia racial” no Brasil era um mito. Tudo isso a partir de um estudo profundo das relações sociais em São Paulo. Sinteticamente, podemos dizer que a essência do livro passa por observar

[...] como se deu a própria formação da ordem social competitiva e a consolidação do regime de classes sociais em São Paulo, em torno das figuras dominantes do fazendeiro e do imigrante e com a exclusão quase total do negro ou do mulato como agentes históricos socialmente significativos. (Fernandes, 2008: 36)

Cabe aqui ressaltar um ponto importante para o nosso interesse nesse momento: embora já fosse conhecedor da obra de Marx desde 1944, quando começou a traduzir a primeira versão em português da *Contribuição à crítica da economia política*, publicada em 1946, seria apenas em 1974, com a publicação da *Revolução Burguesa no Brasil*, que Florestan atingiria o ápice de seu encontro com o marxismo. O que se quer dizer, em outras palavras, é que as obras de “juventude” de Florestan, relacionadas à questão racial, ainda eram muito tributárias da sua tradição weberiana.

Paradoxalmente, talvez não seja Florestan Fernandes que melhor represente seu próprio paradigma, de inspiração fundamentalmente marxista, para o entendimento das relações raciais no Brasil, mas outro sociólogo dele muito próximo, ao menos durante algum tempo. Penso no autor de *As metamorfoses do escravo*, isto é, Octavio Ianni. (Motta, 2000)

No entanto, em *A integração do negro na sociedade de classes* identificamos conceitos e formulações de cunho marxista, como a “falsa consciência”, a divisão entre “essência” e “aparência”, a “sociedade de classes”, sua análise dialética

da história, dentre outros. Além disso, Florestan Fernandes foi o responsável pela fundação de toda uma escola sociológica de influência marxista que viria a assumir pesquisas relacionadas à questão racial. Referimo-nos, nominalmente, a Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni.

Se a tradicional Escola Paulista de Sociologia tem início com Florestan Fernandes, são as obras de seus discípulos, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, que representarão a institucionalização de fato das ciências sociais. Como desdobramento do projeto UNESCO no sul do país, orientados por Florestan Fernandes, os dois autores estudaram as relações raciais em Florianópolis em meados da década de 50. O resultado virou a dissertação de mestrado dos dois e foi publicado em 1960 no livro *Cor e mobilidade social em Florianópolis*, prefaciado por Florestan.

O estudo era o exemplo mais bem acabado da influência do Projeto Unesco no processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil. A investigação representava o primeiro resultado de maior vulto da cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, sob a coordenação de Florestan Fernandes (Maio, 1999).

O estudo feito em Florianópolis foi fortemente influenciado pelo funcionalismo, método de análise adotado durante a formação com Florestan. Todavia, naquele momento Ianni e Cardoso iniciavam um estudo sobre *O Capital*. Junto a José Arthur Giannotti, Paul Singer e outros, os dois formaram o chamado “Seminário Marx”, que tinha como objetivo fazer uma leitura de Marx mais profunda e consequentemente diversa daquela apresentada pelos intelectuais do PCB. Tal leitura de *O Capital* marcou uma importante diferença nos textos seguintes de Ianni e Cardoso.

No caso de Fernando Henrique Cardoso, é imperioso citar sua tese de doutorado de 1962, *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional* (2003), em que analisa as relações escravocratas no Rio Grande do Sul, demonstrando como as relações raciais atravancariam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e a consequente impossibilidade de competirmos com a concorrência internacional. Salienta-se aqui que a influência maior de Cardoso ainda era Max Weber e o funcionalismo de Parsons e Merton, embora a dialética de Marx já começasse a aparecer em sua tese de doutorado.

Enquanto Cardoso dirigiu-se ao Rio Grande do Sul, Octávio Ianni foi para Curitiba. Os resultados de sua pesquisa foram publicados em *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional* (1962). Assim, através da análise da estrutura social no sul do país, buscava-se demonstrar a relação entre raça e classe no desenvolvimento de nossa sociedade capitalista.

No âmbito do marxismo, a crítica ao pensamento de Florestan Fernandes veio de forma mais contundente com o argentino radicado no Brasil Carlos Hasenbalg. Sua tese de doutorado defendida na Universidade da Califórnia-Berkeley em 1978 e publicada no Brasil no ano seguinte com o título *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Este trabalho possui o mérito de ser uma das primeiras obras da ciência social brasileira a identificar a relação entre desigualdades raciais e discriminação racial. Como nos mostra Antônio Sergio Alfredo Guimarães (2004), “esse livro pode ser também lido, na clave dos movimentos sociais, como a primeira tentativa de introdução do racismo na agenda política da nova esquerda brasileira e do novo marxismo”.

Enquanto para Florestan o preconceito racial subsistia no Brasil do século XX como resquício da escravidão, ou seja, de uma época passada que deveria ser superada pelo desenvolvimento do capitalismo, Hasenbalg, ao contrário, não aceita a tese da discriminação racial como legado do período escravista. Em sua leitura, a própria discriminação racial é parte estruturante do capitalismo brasileiro. Mais do que isso, como nos mostra João Feres Jr., a argumentação de Hasenbalg passa por demonstrar que “para sobreviver, uma determinada relação deve funcionar na estrutura social do presente, ou seja, o racismo e a discriminação devem ser relacionados aos ganhos materiais e simbólicos do grupo superior, os brancos” (Feres Jr., 2006). Nas palavras de Antônio Sergio Alfredo Guimarães:

Para Florestan e sua geração, entretanto, o preconceito não só existia como, de certo modo, impedia que a nova ordem competitiva se desenvolvesse em sua plenitude. [...] Para Carlos, Nelson e a minha geração, não apenas tais preconceitos eram funcionais para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, como a reprodução do sistema de desigualdades raciais prescindia, até certo ponto, da consciência dos atores. (Guimarães, 2004)

O exame das palavras de Hasenbalg nos ajuda a perceber o conteúdo do seu marxismo aplicado na interpretação da questão racial no Brasil. A análise do racismo enquanto ideologia e a percepção do seu papel nas classes sociais e na estruturação social são exemplos dessa gramática própria de um certo materialismo histórico e dialético.

Como ideologia e como conjunto de práticas cuja eficácia estrutural manifesta-se numa divisão racial do trabalho, o racismo é mais do que reflexo epifenomênico da estrutura econômica ou um instrumento conspiratório usado pelas classes dominantes para dividir os trabalhadores. Sua persistência histórica não deveria ser explicada como mero legado do passado, mas como servindo aos complexos e diversificados interesses do grupo racialmente supraordenado no presente. (Hasenbalg, 1979: 118)

O autor observa, por exemplo, como a desigual distribuição geográfica da população influi na desigualdade entre brancos e não-brancos⁴. De um lado, os brancos concentrados no Sul e no Sudeste, de outro, os não-brancos concentrados nas regiões menos desenvolvidas como Norte e Nordeste. Outro ponto considerável da análise diz respeito às posições entre brancos e não-brancos na estrutura social. O estudo de quaisquer variáveis, quando comparadas entre brancos e não-brancos, observaria uma assimetria entre os dois grupos. Aqui, a atualidade do estudo é inegável. Ainda hoje, podemos observar que, em praticamente qualquer categoria de emprego, os brancos possuem salários maiores do que os não-brancos.

Hasenbalg postula que a discriminação racial é compatível com a racionalidade do sistema industrial capitalista, na medida em que o rompimento com práticas adscritivas em uma sociedade preconceituosa (por exemplo: contratação de um negro para um cargo de alto prestígio) incorre em custos extras para a reprodução do sistema, tais como resistência maior de subordinados, pares e clientes, sem qualquer garantia de ganho adicional. (Feres Jr., 2006).

A solução para a redução das assimetrias entre brancos e não-brancos passaria, segundo o ponto de vista de Hasenbalg, pelo fortalecimento da identidade racial e da mobilização política dos negros. Em outras palavras, a politização da questão racial poderia operar uma redução da desigualdade.

Considerações finais

No breve percurso traçado neste artigo, observamos que foram muitas as tentativas de aproximação do marxismo à questão racial. Se no início do século passado eram incipientes, apresentadas em espasmos da literatura identificada com o PCB, a partir de meados do século XX a relação entre teoria e objeto passou a ser melhor visualizada.

O projeto UNESCO, que patrocinou uma série de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil, envolveu autores como Costa Pinto, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. Os conceitos marxistas foram fundamentais neste processo. Costa Pinto, por exemplo, chegava ao término de sua pesquisa enfatizando que “o preconceito nada mais era que a aparência formal em que começava a manifestar-se o conflito próprio das sociedades industriais: a luta de classes” (Guimarães, 1999). O financiamento da UNESCO fez emergir toda uma gama de pesquisas sobre o tema; além disso, possibilitou a própria institucionalização das ciências sociais.

⁴ O termo “não-branco” é o mais utilizado pelo autor ao longo de sua obra.

Paralelamente ao desenvolvimento do projeto, destacamos a participação de intelectuais relacionados ao PCB que buscavam com seus métodos próprios compreender a realidade concreta e a situação racial no país. Leôncio Basbaum, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Junior e Clóvis Moura são alguns dos exemplos. No caso específico de Clóvis Moura, ressaltamos sua influência no movimento negro nos dias de hoje, em especial na UNEGRO⁵.

Enfim, uma literatura que se tornou mais atual para a agenda de pesquisa da relação marxismo e questão racial no Brasil é a de Carlos Hasenbalg e sua crítica à Escola Paulista de Sociologia, que influencia ainda hoje a forma como pesquisadores tratam o tema na academia. A questão racial no Brasil ainda não está resolvida e nem perto de ser solucionada. Enquanto esta for uma questão que ainda informa a desigualdade em nosso país, os marxistas, na academia e/ou no Partido Comunista, terão uma complexa agenda de pesquisas para se debruçarem.

Bibliografia

- ASCENSO, João; CASTRO, Fernando (2014). *Raça: trajetórias de um conceito*. Rio de Janeiro: Ponteio.
- BRAGA, Maria Lúcia de Santana. (2000). A recepção do pensamento de Roger Bastide no Brasil. *Sociedade e Estado*, v. 15, n. 2, Brasília.
- BRANDÃO, Octávio (2006). *Agrarismo e industrialismo*. São Paulo: Anita Garibaldi.
- BUONICORE, Augusto (2009). *Marxismo, história e revolução brasileira: encontros e desencontros*. São Paulo: Anita Garibaldi.
- CARDOSO, Fernando Henrique (2003). *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio (1960). *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (1989). A questão racial. In: D'INCAO, Maria Angela. *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior*. São Paulo: UNESP.

⁵ A UNEGRO – União de Negros pela Igualdade – é uma organização do movimento negro fundada em 14 de julho de 1988. Hoje é uma das entidades do movimento negro com maior destaque no cenário nacional.

- COSTA PINTO, Luiz de Aguiar (1953). *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- FERES Jr., João (2006). Aspectos semânticos da discriminação racial no Brasil: para além da teoria da modernidade. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 61, São Paulo.
- FERNANDES, Florestan (1965). *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus/Edusp.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (2004). Preconceito de cor e racismo no Brasil. *Revista de Antropologia*, v. 47, n. 1, São Paulo.
- _____ (1999). Baianos e paulistas: duas “escolas” de relações raciais? *Tempo Social*, v. 11, n. 1, São Paulo.
- HASENBALG, Carlos A. (1979). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.
- IANNI, Octavio. (1962). *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- MAIO, Marcos Chor (1997a). *A história do Projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Tese de Doutorado (Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj). Rio de Janeiro.
- _____ (1997b). Uma Polêmica Esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o Tema das Relações Raciais. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1,
- _____ (1999). O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, São Paulo.
- MESQUITA, Érika (2003). Clóvis Moura e a sociologia da práxis. *Estudos afro-asiáticos*, v. 25, n. 3, Rio de Janeiro.
- MORAES FILHO, Evaristo de (2007). A proto-história do marxismo no Brasil. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Unicamp.
- MOTTA, Roberto (2000). Paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil. *Estudos afro-asiáticos*, n. 38, Rio de Janeiro.
- MOURA, Clóvis (1984). *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Brasiliense.
- _____ (2004). *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: EDUSP.
- PRADO JUNIOR, Caio (1976). *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- SODRÉ, Nelson Werneck (1984). *A ideologia do colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro*. Petrópolis: Vozes.